



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

RECURSO DE AGRAVO Nº 210973-5/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR DO
BANCO ABN AMRO REAL S/A

AGRAVADO: THEREZINHA DE JESUS DE OLIVEIRA MELO

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

EMENTA: Civil e Processual Civil – Recurso de Agravo – Apelação Cível – Decisão Terminativa – Expurgos Inflacionários – Aplicação do Art. 557 do CPC – Uniformização da Jurisprudência – O dispositivo contido no digesto processual dá ao relator poder de conferir prestação jurisdicional equivalente à que seria concedida em julgamento colegiado (RF/372/301) – Não há afronta aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa – Presteza e agilidade na prestação jurisdicional – Anseios da Sociedade – O presente recurso não trouxe novos argumentos que tivessem o condão de modificar a decisão vergastada – Recurso não provido – Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo de nº 210973-5/01, que tem como agravante BANCO SANTANDER, SUCESSOR DO BANCO ABN AMRO REAL S/A, e agravada THEREZINHA DE JESUS DE OLIVEIRA MELO, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 18/5/10

Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

099 39
2

RECURSO DE AGRAVO Nº 210973-5/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR DO
BANCO ABN AMRO REAL S/A

AGRAVADO: THEREZINHA DE JESUS DE OLIVEIRA MELO

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

RELATÓRIO:

O Banco Santander (Brasil) S/A, sucessor do Banco ABN AMRO REAL S/A agrava da decisão monocrática terminativa proferida por este Relator que, negou seguimento ao recurso de Apelação Cível nº 210973-5.

Requer o agravante a reforma da decisão guerreada aduzindo que ao aplicar o Art.557 do CPC, o relator prejudicou seu direito de defesa sem apresentar uma fundamentação consistente acerca de tê-lo julgado em conformidade com a jurisprudência dominante do STJ. No mais, traz as mesmas alegações apresentadas no recurso de apelação, buscando reformar a decisão guerreada, em especial a polêmica da ausência dos extratos, que poderá obrigar o agravante indenizar quem nunca foi titular das contas poupança.

Alega, ainda, que não poderia ter sido aplicado o CDC, pois o mesmo entrou em vigor apenas em março de 1991, devendo incidir sobre a demanda a legislação pertinente a época dos planos econômicos; que agiu em estrito cumprimento da lei; que não cabem juros remuneratórios; que como não se conseguiu comprovar a existência do principal, não há como condenar no pagamento dos juros, posto que acessórios; e, finalmente, da impossibilidade de se cobrar multa pela não apresentação dos extratos das contas poupança.

Era o importante a relatar.

Recife, 18/5/10


Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator



300 40

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

RECURSO DE AGRAVO Nº 210973-5/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR DO
BANCO ABN AMRO REAL S/A

AGRAVADO: THEREZINHA DE JESUS DE OLIVEIRA MELO

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO:

Segue a decisão vergastada:

"Trata-se de Recurso de Apelação Cível proposto pelo Banco Santander, sucessor do Banco ABN AMRO REAL S/A buscando a reforma da sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança ajuizada por Therezinha de Jesus de Oliveira Melo, que julgou procedente em parte o pedido para determinar que o Banco apelante revise a aplicação da correção monetária do saldo existente na conta poupança da parte autora, nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, utilizando-se para tanto os percentuais de 26,06% e 42,72%, respectivamente, descontados os percentuais efetivamente aplicados pelo banco em cada mês, atualizadas pelos mesmos critérios de correção da poupança e juros legais de 0,5% (meio por cento) ao mês. Custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito por conta do sucumbente, fls.73/81.

Requer o banco apelante a reforma do julgado suscitando, preliminarmente, a prescrição quinquenal, a ilegitimidade passiva ad causam para aplicação da correção em relação aos meses reclamados. No mérito, requer a reforma do julgado aduzindo não existir direito adquirido à atualização monetária, além dos Planos Econômicos decorrerem de atos de Estado, sendo juridicamente legítima a alteração do regime monetário das contas e, sendo assim, injusto imputar às instituições financeiras por eventuais expurgos, além da impossibilidade da cobrança de juros e correção monetária (fls.84/106).

Intimado para apresentar as contra-razões, fls.131, restou silente a parte apelada conforme certidão de fls.134v.

Presentes os requisitos de admissibilidade.



nov 41

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

É o Relatório. Decido.

Quanto a preliminar de prescrição quinquenal não há como dela conhecer, visto que o prazo prescricional, nos casos de cobrança de diferenças oriundas de cadernetas de poupança, é vintenário, de acordo com o art. 177 do Código Civil de 1916, correspondente ao art. 205 do Código Civil de 2002.

Esse foi o entendimento adotado na sentença, arrimada na jurisprudência pacífica do STJ:

"DIREITOS ECONÔMICO E PROCESSUAL. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANOSECONÔMICOS. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

Tratando-se de discussão do próprio crédito, que deveria ter sido corretamente pago, não é de aplicar-se ao caso a prescrição quinquenal prevista no art. 178, § 10, III, CC, haja vista não se referir a juros ou quaisquer prestações acessórias". (AgRg no Ag 265610 / PR, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data da Publicação: DJ 05.06.2000 p. 178).

"PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA.

1. A falta de prequestionamento da questão federal impede o conhecimento do recurso especial (Súmula 282 do STF).
2. A divergência jurisprudencial ensejadora do conhecimento do recurso especial pela alínea c deve ser devidamente demonstrada, conforme as exigências dos arts. 541, § único, do CPC e 255 do RISTJ.
3. Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, § 10, III, do Código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária (REsp 707.151/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, DJ de 01.08.2005). Precedentes do STJ (AgRg no REsp 705.004/SP, Rel. Min. Castro Filho, 3ª Turma, DJ de 06.06.2005; AgRg no REsp 659.328/SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 3ª Turma, DJ de 17.12.2004).



10242

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido". (REsp 780085 / SC, Relator. Min. Teori Albino Zavascki, Órgão Julgador: Primeira Turma, Data da Publicação: DJ 05.12.2005 p. 247).

Preliminar rejeitada.

Quanto a preliminar de ilegitimidade passiva do banco apelante, alega o banco ser parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda em face da transferência dos ativos financeiros para o Banco Central do Brasil – BACEN, no entanto merece ser rejeitada, pois como já decidido na sentença recorrida, ao enfrentar essa mesma preliminar, comprovado ser o banco apelante o depositário dos valores pleiteados nos autos, deve o mesmo responder por eventual diferença em relação aos mesmos.

Esse posicionamento está embasado em decisões do STJ que entendem existir dois momentos: um, que são os valores em depósito que não ultrapassavam os 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos) e que ficaram sob a responsabilidade das instituições financeiras e outro, eram os excedentes desses valores e que foram transferidos para o BACEN, sendo esse responsável pelos juros e correções desse excedente.

Sobre este ponto é bastante esclarecedor o voto do Min. Teori Albino Zavascki, no julgamento do Resp nº REsp 544942 / SE, publicado no DJ 10/11/2003 p. 168:

" Pela nova sistemática de remuneração das cadernetas de poupança fixada pela referida norma, estabeleceu-se que: a) os saldos de cadernetas de poupança, dentro do limite de NCz\$50.000,00 seriam "convertidos em cruzeiros na data do próximo crédito de rendimento " (art. 6º); b) o excedente àquele valor foi compulsoriamente transferido para o Banco

Central do Brasil, ficando os bancos depositários privados da disponibilidade do ativo financeiro, nos termos do art. 9º; c) os rendimentos dos depósitos passaram a ser atualizados pela variação do BTN fiscal, a teor do art. 6º, §2º; d) a liberação dos recursos ocorreria em parcelas mensais após o decurso do prazo de retenção (art. 6º, 1º).

Como se vê, a partir da retenção dos ativos financeiros, ficou o banco depositário privado do poder de gestão e disponibilidade do montante superior a NCz\$50.000,00, deixando, a fortiori, de ser



203 43

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

responsável pelos juros e pela atualização do valor monetário, haja vista a sua transferência para o Banco Central efetivada após a data em que creditados os próximos rendimentos. Assim, embora o novo regramento tenha imposto, de imediato, a indisponibilidade dos valores depositados, a transferência dos recursos para a autarquia federal somente ocorreu na data em que creditados os próximos rendimentos pela instituição financeira depositária. Desta forma, as cadernetas de poupança com data de aniversário na primeira quinzena de março deveriam ser atualizadas pela correção integral do mês de abril de 1990, calculada pelo IPC de março, no percentual de 84.32% (Lei nº 7.730/89, art. 17, III), apurado até o término de sua primeira quinzena, incidindo sobre o total dos valores depositados, que após a atualização foram transferidos ao BACEN. Contudo, em relação às contas cujo aniversário deu-se na segunda quinzena de março de 1990, foram creditados rendimentos relativos ao IPC de fevereiro de 1990, no percentual de 72,78%, apurado no período entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro, e, em seguida foram transferidas para o Banco Central. Nos meses seguintes à transferência, adotou-se o BTN Fiscal, no cálculo da correção das cadernetas de poupança das contas à disposição do BACEN, ex vi do art. 6º, § 2º, da Lei 8.024/90.

Em relação ao reajuste das contas após a retenção dos saldos de caderneta de poupança, os seus titulares pretendem receber a diferença verificada entre o crédito da correção monetária aplicada nas contas (BTNF) e àquele apurado pelo índice do IPC, surgindo dúvida acerca da responsabilidade pela atualização de tais aplicações, já que, não obstante tenha sido mantida a relação jurídica de direito material consubstanciada no contrato de caderneta de poupança celebrado entre o poupador e a instituição financeira depositária, o saldo de depósito de poupança foi transferido para o Banco Central, que passou a possuir a fruição do numerário bloqueado.

Com o intuito de dirimir a controvérsia surgida, a Corte Especial deste STJ, no julgamento do ERESP 167.544/PE, CE., Min. Eduardo Ribeiro, publicado no DJ de 09.04.2001, consagrou entendimento no sentido de que, nos termos da MP 168/90, a transferência dos saldos de cruzeiros novos não convertidos (quantias superiores a cinquenta mil cruzados novos) para o Banco Central se verificou na data do primeiro aniversário de cada conta, ou seja, no dia do creditamento do rendimento posterior ao bloqueio. Assim, as instituições financeiras depositárias são responsáveis pela atualização monetária dos saldos de caderneta de poupança bloqueados cujas datas de aniversário são anteriores a



no 44

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

transferência dos saldos para o BACEN. Recai sobre o BACEN a responsabilidade sobre os saldos das contas que lhe foram transferidas, com o creditamento da correção monetária havida no mês anterior já efetivado pelo banco depositário, que passaram a ser corrigidas pela autarquia a partir de abril de 1990, quando já iniciado o novo ciclo mensal. Neste sentido: RESP 337.021/RJ, 1ª S. Min. Eliana Calmon, DJ de 14.10.2003; AGRESP 206.040/RJ, 1ª T., Min. Francisco Falcão, DJ de 16.09.2002; AGRESP 379.712/RS, 2ª T., Min. Paulo Medina, DJ de 19.05.2003; EDEDRESP 124.675/SP, 4ª T., Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 02.06.2003.

No caso dos autos, seguindo orientação firmada pela Corte Especial, quanto às contas com data-base na primeira quinzena referente ao mês de março de 1990, fica reconhecida a responsabilidade dos bancos depositários para ressarcimento dos expurgos inflacionários das cadernetas de poupança a incidir sobre os saldos das contas que excederam a NCZ\$ 50.000,00, que somente foram colocados à disposição do BACEN após a sua atualização. Por sua vez, a autarquia recorrente responde pela correção monetária do mês de março de 1990 em relação às contas com aniversário na segunda quinzena, assim como pelos meses posteriores à transferência do numerário".

Como visto, em face do pedido inicial se deter na correção dos saldos de conta poupança do autor e não transferidos ao Banco Central, é evidente ser o banco apelante parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, conseqüentemente, não merece acolhida tais razões, do mesmo modo que não há como reconhecer o pedido de ilegitimidade passiva do banco apelante para aplicação de correção em relação aos meses reclamados pelo apelado.

Explicita-se que a atualização monetária deve incidir sobre os valores não excedentes, não transferidos para o Banco Central, sendo, portanto, as instituições financeiras depositárias responsáveis pela atualização monetária dos saldos de caderneta de poupança.

Preliminar rejeitada.

Quanto ao mérito, entendo que palmilhou a sentença o direcionamento já apontado pelo STJ que, para o cálculo da correção monetária, para efeito de atualização das cadernetas de poupança iniciadas e renovadas nos períodos reclamados, aplicam-se índices diversos daqueles praticados pelas instituições financeiras. Comprovando ser correntista em nos períodos de



nos
45

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

1987, 1989 devem os valores constantes, naquela época, ser corretamente atualizada.

Quanto a alegação da impossibilidade da aplicação dos juros o Art.1º da Lei 6899/91 e Art.407 do CPC, determinam que a atualização monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial.

Não há o que modificar na sentença. A modernidade dos arrestos acostados na sentença torna desnecessária a apresentação de novos julgados.

Por tudo o exposto, com fulcro no Art. 557 do CPC, por estar em confronto com a jurisprudência desta Egrégia Corte e do Superior Tribunal de Justiça, *NEGO seguimento ao recurso*".

Como visto a decisão agravada, procurou harmonizar-se com as inúmeras decisões proferidas pelos Tribunais Pátrios e, em especial, pelo STJ, aplicando, conseqüentemente, o disposto no Art. 557 do digesto processual.

Esse dispositivo, antes de tolher os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, alegados pela agravante, dá ao relator poder de conferir à parte prestação jurisdicional equivalente à que seria concedida acaso o processo fosse julgado pelo órgão colegiado(RF 372/301), desta forma efetivando a razão de ser do referido artigo, qual seja promover a agilidade processual e desobstruir as pautas dos Tribunais.

Sendo a referida matéria exaustivamente discutida e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, ao se dar seguimento a um recurso de apelação em confronto com sua dominante jurisprudência, estar-se-ia afrontando ao princípio da uniformização da jurisprudência, eternizando-se as discussões meritórias, e contra tal quadro, hoje se insurgem todas as vertentes da sociedade, visto as inúmeras exigências de presteza e agilidade na prestação jurisdicional que chegam ao Poder Judiciário, seja pela simples petição do jurisdicionado, seja pela amplificação desse anseio via imprensa.

Portanto, não aplicar o aqui tão criticado dispositivo processual, seria o mesmo que estar indiferente a tais anseios e necessidades.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

206 46

No entanto não me furto a esclarecer quanto a polêmica dos extratos, a sentença foi clara de que o banco apresente em 90 dias, após o trânsito em julgado, os extratos das contas que possuir de titularidade do apelado no período reclamado, devendo a parte autora, por sua vez, envidar esforços para também fazer juntar os comprovantes necessários do seu direito, sob pena de arquivamento, ante a impossibilidade de efetivar o julgado. Não fixou astreintes para o caso de não apresentação, no entanto, autorizou o desarquivamento para o caso do autor comprovar, dentro do novo prazo prescricional, a existência da referida conta poupança, fls. 80.

Como se vê não a sentença mantida pela decisão vergastada, resguardou o direito do recorrente na eventualidade de não se conseguir provar a titularidade da conta.

O presente recurso não trouxe novos argumentos que tivesse o condão de modificar a decisão agravada.

NEGO provimento do recurso. É como voto.

Recife,

18/5/10

Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator